A INSERÇÃO DO BACHAREL EM TURISMO JUNTO AS ESTÂNCIAS DE TURISMO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Renata Maria Ribeiro

Roberta de Moraes Ribeiro

Rodrigo Herzer

RESUMO: O presente trabalho tem por finalidade responder questões sobre a existência de Bacharéis em Turismo dentro das Estâncias Turísticas paulistas. Diz respeito ao amadurecimento do turismo como área acadêmica e sua expansão em relação à quantidade de instituições de educação superior, desde seu surgimento como área de estudos distinta. A pesquisa foi realizada através do processo quantitativo, sequencial e comprobatório; com estudo da literatura pertinente, mediante a aplicação de um questionário destinado às 67 Estâncias de Turismo de São Paulo. Por meio dos resultados se evidenciou a ausência de exigência profissional para atuar nos cargos nas Secretarias Municipais das Estâncias, além de destacar que a presença do Bacharel em turismo nesses espaços, influenciou positivamente em suas políticas públicas de turismo como, por exemplo, na elaboração do Plano Municipal de Turismo.

Palavras-chave: Bacharel em Turismo; Profissionalização; Estâncias Turísticas Paulistas; Secretarias Municipais de Turismo; Gestão e Planejamento Municipal de Turismo.

ABSTRACT: This study aims to answer questions about the existence of Bachelor of Tourism within the São Paulo Tourist Estâncias. With regard to the maturity of tourism as an academic area and its expansion on the amount of higher education institutions, since its emergence as a distinct area of study. The survey was conducted through quantitative process, sequential and evidencing; with the literature study, by applying a questionnaire to 67 Tourism Estâncias of. Through the results was evident the absence of professional requirement to work in positions in the Secretary Municipal of Estâncias, in addition to highlighting the presence of the Bachelor of tourism in these spaces, influenced positively in their public tourism policies, for example, in the preparation of Municipal Tourism Plan.

Keywords: Bachelor in Tourism; professionalization; Estâncias Tourist Paulistas; Municipal Tourism; Management and Municipal Planning Tourism.

INTRODUÇÃO

Completam-se mais de quarenta anos desde que o turismo surgiu como área de estudo distinta. Durante esse tempo, amadureceu como área acadêmica e expandiu-se em quantidade de instituições de educação superior em turismo, formando diversos profissionais.

O campo de atuação profissional Bacharel em Turismo envolve as mais distintas áreas de atuação. Do estratégico ao operacional, este profissional atua nos

setores público e privado, demonstrando ampla versatilidade. No setor privado, por exemplo, está habilitado a prestar serviços em hotéis, agências de viagens, restaurantes, entre outros. Já no setor público, pode se inserir, nas Secretarias Municipais de Turismo, inclusive, nas Estâncias Turísticas paulistas, cidades que apresentam expressivo potencial turístico e por esse motivo requerem profissionais aptos para com o planejamento e gestão da atividade.

No Estado de São Paulo foram classificadas, por Lei – Lei complementar n° 32, 30 de junho de 2012 –, 67 cidades que recebem o título de Estâncias de Turismo e incentivos econômicos provindos do DADE – Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias. Contudo, as Estâncias devem atender as diversas exigências impostas por legislação, como as ambientais, sociais e econômicas. Além dessas exigências, as cidades devem dispor de infraestrutura e serviços dimensionados à atividade turística. Para que isso de fato possa ser alcançado é indispensável o olhar de um profissional apto para com o planejamento e gestão do turismo municipal.

Para tanto, a problemática desse estudo foi: o Bacharel em Turismo está inserido nas Estâncias Turísticas do Estado de São Paulo? Como norteamento de problema de pesquisa foram estabelecidos os seguintes pressupostos: o Bacharel em Turismo está apto para atuar junto ao poder público na elaboração e planejamento de políticas públicas de turismo; o crescimento de cursos em ensino superior nos últimos 40 anos demostra que existem profissionais disponíveis no mercado de trabalho e; que as Secretarias Municipais em Turismo são espaços que oferecem oportunidades de trabalho para tais profissionais.

Para realização da pesquisa foram elaboradas seções conceituais por meio de literatura a partir de Beni (2003), Trigo (2000, 2003), Carvalho Júnior (2005), Ruschmann (2000), Panosso Netto; Cardozo (2007), Lima (2010).

A fim de analisar a formação acadêmica do Bacharel em Turismo, buscou-se em sua diretriz curricular disciplinas fundamentais que refletem o planejamento e gestão do turismo.

Posteriormente foi desenvolvido um questionário, de maneira sistemática e ordenada, com a finalidade de obter informações a respeito do problema da pesquisa. O questionário foi baseado em perguntas fechadas ou dicotômicas, onde

somente permitem poucas palavras de resposta, são fáceis de tabular e evitam que o entrevistado tenha que pensar muito, assim como perguntas de múltipla escolha, as quais são muito similares a anterior, entretanto sua resposta é limitada em opções pré-determinadas (SCHLUTER, 2005).

Com objetivo de aplicar o questionário, foi realizado um levantamento de dados, via mídia digital por meio dos sites das 67 Estâncias de Turismo do Estado de São Paulo, para identificar o e-mail de cada Secretaria Municipal de Turismo, o telefone, e o nome do Secretário.

A partir dessa coleta de dados, o questionário foi enviado via email, para todas as Secretarias Municipais de Turismo das Prefeituras participantes. Logo após a primeira semana de envio, constatou 18 respostas, e mais uma vez o questionário foi enviado para as 49 Prefeituras que ainda não tinham respondido. Ao final de duas semanas e dois envios do questionário, obteve-se 21 respostas via e-mail. As demais Prefeituras não responderam pela internet. Dessa forma, um contato via telefone para aplicação do questionário diretamente para o Secretário Municipal foi efetuado. Essa ação insistente se deu a fim de obter maior número de respostas possíveis, totalizando 53 cidades participantes da pesquisa. As demais (14) se recusaram em colaborar, demonstrado falta de interesse para com o desenvolvimento do estudo do turismo.

Por meio dos resultados obtidos do questionário, realizou-se uma tabulação e uma análise das respostas alcançadas com o objetivo de desenvolver uma abordagem estatística. Essa abordagem teve por finalidade estimar a probabilidade e as estimativas, descritivas e relacionadas, de quantos Bacharéis em Turismo atuam profissionalmente nas Secretarias Municipais de Turismo das 67 Estâncias Turísticas do Estado de São Paulo (VEAL, 2011).

CONTEXTUALIZAÇÃO DO TURISMO

De acordo com Sancho (2001), não existe um conceito universal do que é turismo devido sua juventude e sua multidisciplinaridade, por isso ainda há um debate aberto para chegar à definição universal. No entanto, enfoca que nenhuma das definições são equívocas, pois de alguma maneira contribuíram com o

aperfeiçoamento do turismo uma vez que cada teórico demonstra aspectos diferentes da mesma atividade.

Beni (2003) afirma que para a atividade turística ocorrer com sucesso é necessário que haja uma associação entre a matéria-prima turística local (patrimônio histórico, paisagem natural, etc.) e a infraestrutura urbana e de acesso (hotéis, restaurantes, estradas, etc.). Assim, é possível integrar-se a um processo capaz de transformar a atividade turística em produto acabado para o consumo.

O Turismo é apontado como o setor mais globalizado, perdendo apenas para o setor de serviços financeiros. A globalização do Turismo é resultante principalmente dos seguintes fatores: aumento da liberalização do comércio mundial, incorporação de novas tecnologias como a informática e as telecomunicações, integração horizontal e vertical das empresas de Turismo, difusão territorial do consumo e flexibilização do trabalho nos diversos setores produtivos, incluindo o próprio setor do Turismo (BENI, 2003).

Compreende-se a importância em se estudar o turismo devido as teorias e dados científicos gerados por meio das pesquisas e estudos, se torna possível medir os benefícios econômicos entre outros impactos causados pela atividade turística, e dessa forma desenvolver ferramentas ou políticas públicas que possam intervir aos impactos negativos ou minimizá-los, da mesma maneira que possam ser ressaltados os aspectos positivos ao desenvolvimento da sociedade nas diversas formas de intervenção que o turismo causa.

O ESTUDO DO TURISMO NO BRASIL

No Brasil, o estudo do Turismo começou a receber importância devido o crescente aumento da sua atividade. Na década de 1970, o Brasil passou a ter a segunda maior rede de transportes aéreos nacional em todo o mundo, elevando ainda mais a valoração da atividade, entretanto, apesar do esforço concentrado, o turismo brasileiro começou a decair. Dois problemas economicamente afetaram a área. O primeiro foi estrutural, causado pela série de desastres econômicos oriundos da crise do petróleo e do aumento das dividas brasileiras, que provocaram a inflação e recessão e comprometeu o desenvolvimento nacional, inclusive do setor turístico,

o segundo foi conjuntural, pois os “planejadores” não se importaram com a preservação ambiental, com padrões internacionais de qualidade e afetando a formação intensiva de profissionais qualificados em todos os níveis e afetando a operação e a gestão dos serviços turísticos (CARVALHO, 2005).

Em 1971, de acordo com Trigo (2000), a EMBRATUR começa a estimular a iniciativa privada para investir no setor hoteleiro, inclusive permitindo o reinvestimento do imposto de renda na hotelaria, o que proporcionou grandes investimentos no setor, sendo necessária mão de obra qualificada, o que também faltava na época.

Uma vez incentivado o turismo no Brasil, se fez necessário iniciar um curso para formar profissionais capacitados a fim de fomentar a atividade, criando assim em 1971, com apoio do governo federal, o primeiro curso, em nível superior de turismo na Faculdade de Turismo do Morumbi atual Universidade Anhembi-Morumbi em São Paulo. A segunda foi a Faculdade Ibero-Americana de Letras e Ciências Humanas – atual Centro Universitário Ibero-Americano/UNIBERO em São Paulo em 1972 (MATIAS, 2001).

Outras universidades, após essas primeiras experiências, iniciaram novos cursos de turismo; mas o curso toma mais força como objeto de estudo acadêmico e científico em 1973, quando a Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo - ECA/USP - cria o curso de turismo.

Segundo Matias (2001), Após 1992, com a retomada do crescimento da atividade turística e sua importância econômica-social como geradora de renda, as instituições de ensino voltaram a se interessar pela implantação do curso superior de Turismo, visando atender as necessidades do setor.

Essa tendência pode ser constatada segundo pesquisa realizada por Ansarah (1996), que identifica a existência de 51 cursos superiores de Turismo no País em 1996. Podemos afirmar que, em relação à década de 1980, houve um crescimento de cerca de 120% no numero de cursos de Turismo.

Atualmente, pode-se perceber três vetores que levaram a formação do curso de turismo: 1) O pleno amadurecimento da indústria do turismo e da EMBRATUR, fazendo com que o mercado exigisse profissionais mais qualificados. 2) Mudanças no cenário da educação nacional, possibilitando facilidade para a abertura de novos

cursos, considerando a crise estudantil pela falta de vagas a partir da década de 1960. 3) Valorização do lazer após o final da década de 60 (ANSARAH, 2002).

Além da necessidade de se estudar a atividade turística, cabe salientar que para o bom desenvolvimento do turismo se faz pertinente à preocupação com o seu planejamento, pois todas as ações provindas do seu desenvolvimento carecem de um plano de médio a longo prazo, uma vez que engloba diversas pessoas e serviços. A partir do curso de Graduação em Turismo, o planejamento do Turismo recebeu importância acadêmica e tornou-se uma das disciplinas que oferece suporte as demais, ou seja, uma disciplina base.

TURISMO E PLANEJAMENTO: O PAPEL DO BACHAREL EM TURISMO

De acordo com Quevedo (2007), o Bacharel em Turismo pode ser definido como:

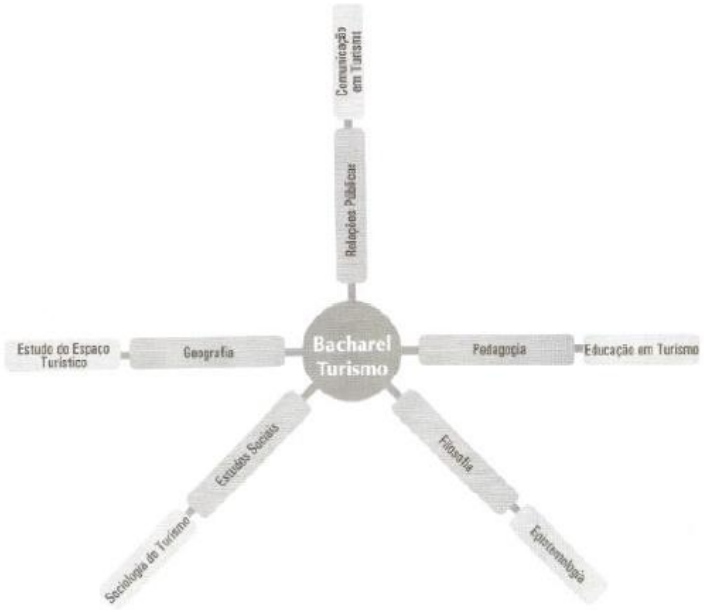
> O profissional graduado nos cursos de bacharelado em Turismo, que se apresenta como um profissional preocupado com o mercado de trabalho e com as mudanças das tecnologias e da sociedade onde está inserido (QUEVEDO, 2007).

Dentre as diversas disciplinas que estrutura o curso superior de turismo, existe uma relativa importância com o assunto planejamento, uma vez que a atividade turística se desenvolve de médio a longo prazo, e as metas que necessitam para seu desenvolver são metas que requerem tempo, pois dispõem de acordos, investimentos, infraestrutura, etc. Se analisarmos o contexto histórico da graduação em Turismo, de acordo com Matias (2001), o primeiro currículo mínimo estabelecido pelo MEC – Ministério da Educação e Cultura, para abertura de cursos de turismo no país, publicado na resolução s/n. de 28 de janeiro de 1971, já dispunha de disciplinas relacionadas com o planejamento do turismo, entre outras que fixa os conteúdos mínimos entre eles: Sociologia; História do Brasil; Geografia do Brasil; História da Cultura; Estudos Brasileiros; Introdução à Administração; Noções de Direito; Técnicas Publicitárias; Planejamento e Organização do Turismo.

Tais matérias seriam distribuídas em um total de 1.600 horas, as quais seriam integralizadas em dois e no máximo quatro anos. Algumas matérias teriam

ênfases, por exemplo, a matéria de geografia teria ênfase em cartografia, assim como a matéria História da Cultura teria ênfase a Cultura Brasileiro e a Matéria Noções de direito incluirá o direito Constitucional, Direito Fiscal Alfandegário, Da legislação trabalhista, Estatuto Jurídico do Estrangeiro e da Legislação especifica do Turismo. No diagrama a seguir, observa-se que o bacharel em turismo buscou, no período de 1974 a 1983, a expansão de seus conhecimentos nas seguintes direções:

FIGURA 1: Processo Educacional em Turismo – Outros Cursos de Graduação



Fonte: ANSARAH, 2001.

A partir do ano 2001, novas matérias já estão incorporadas, em sua maioria, aos currículos de cursos de graduação em turismo no Brasil, com base nos temas de teses desenvolvidas para obtenção do doutorado. Observa-se um acréscimo de algumas disciplinas de grande importância para o conhecimento do turismo. A disciplina de planejamento esteve presente deste o primeiro currículo mínimo elaborado, do mesmo jeito que continua a ser aprimorada e estudada, recebendo sua devida importância no meio acadêmico, pois possibilita aos profissionais o direcionamento de suas especialidades em disciplinas ao planejamento, estudos relacionados a políticas públicas (legislação do turismo). Portanto, elege-se um

elenco no processo educacional em turismo, de 11 áreas de disciplinas diferentes, identificadas, e do qual o estudo do turismo derivou suas características como podemos observa no seguinte diagrama:

FIGURA 02: Processo Educacional em Turismo, Acréscimo de Outros Cursos

Fonte: ANSARAH, 2001.

Assim, compreende-se que o bacharel em turismo desenvolveu em sua formação o conhecimento em planejamento e gestão, existindo assim a possibilidade de se profissionalizar/trabalhar na área. Isso se torna mais claro nocurrículo dos cursos de Graduação em Turismo no Brasil, que passaram a seguir

as novas determinações legais definidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) por meio da Resolução nº 13, de 24/11/2006, que instituiu as diretrizes curriculares do cursode graduação em turismo, Bacharelado, a serem observadas pelas Instituições de Educação. Vale ressaltar que essa Resolução ainda está em vigor.

O PLANEJAMENTO DO TURISMO MUNICIPAL

Pensar no planejamento turístico municipal é pensar não apenas no destino propriamente dito, mas, sobretudo pensar no entorno e na comunidade que este abriga. A relevância de se refletir sobre estas questões justifica-se porque a intervenção a ser realizada diz respeito a mudanças: na base econômica da cidade; utilização do espaço urbano; e vida cultural dos residentes. Desta forma, Guerrier e Tyler (2001) compreendem que o turismo no âmbito municipal trata de processos sociais de mudança e dos processos de decisão política que ditam a natureza dessa mudança.

A mudança de um espaço urbano acarreta na contribuição ou não dos moradores para desenvolver as atividades turísticas. O planejamento turístico municipal visa melhorias na economia local e uma melhor qualidade de vida à população. Cardozo (2007) compreende que o planejamento turístico municipal tem seus objetivos próprios, e isto independe das distintas motivações pelas quais uma localidade decide desenvolver esta atividade. Isso vai variar da necessidade de gerenciar a inevitabilidade do turismo para a regeneração da economia, bem como o aumento da qualidade de vida para a população.

Segue Cardozo (2007) mencionando que, pode-se observar que desenvolver os objetivos do turismo municipal leva tanto à inclusão como à exclusão de grupos de interesse no processo. Ainda em meio ao planejamento turístico municipal é importante relatar que a comunidade deve estar consciente com as mudanças que possam ocorrer na localidade. Os planejadores têm a missão de explicar as possíveis melhorias que acontecerão com os projetos concluídos.

O planejamento turístico municipal está diretamente ligado a outras duas áreas, o planejamento sustentável e o planejamento participativo. No intuito de

transformar áreas em espaços destinados ao turismo, necessita-se adotar medidas protecionistas ao meio, pois a exploração desordenada do mesmo pode acarretar a degradação do atrativo e consequentemente a diminuição de turistas desse local. Ruschmann (1997) interpreta o planejamento do turismo sustentável, como a forma de evitar a ocorrência de danos irreversíveis nos meios turísticos, para minimizar os custos sociais que afetam os moradores das localidades e para otimizar os benefícios do desenvolvimento turístico.

É de suma importância o envolvimento e a liderança da administração pública municipal no processo de desenvolvimento turístico. Segundo Dias (2003):

> É ela que deve orientar o setor privado na execução de seus projetos, avaliar seu impacto na comunidade e no meio ambiente natural e garantir a participação dos mais diferentes setores da comunidade no processo de planejamento da atividade turística (DIAS, 2003).

A política municipal urbana tem como principal função organizar o espaço urbano, por meio de normas, diretrizes que sirvam de base para melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida da população (LIMA, 2010).

O turismo em um município pode trazer melhorias, como o desenvolvimento e o aumento na qualidade de vida da comunidade, além de servir de instrumentos na preservação de patrimônios histórico-culturais e ambientais. Porém, para que isso aconteça, é necessário que se elabore uma política municipal de turismo que vincule a atividade com as necessidades da população local e que esta participe da sua elaboração e do Plano de Desenvolvimento do Turismo no local (DIAS, 2003).

Dessa forma, a gestão do planejamento turístico nas cidades não deve ser pensada por somente um profissional, o planejamento carece de uma ampla equipe de profissionais formados nas mais diferentes áreas, ou seja, cada profissional vai pensar no planejamento de acordo com a sua formação, e priorizando o que compete a ele, por exemplo, no caso de um arquiteto, a vertente de trabalho seria com a estética do espaço, no caso de um engenheiro, o vetor de estudo e trabalho seria com a forma de construção, medidas, materiais, etc., no caso de uma Bacharel em Turismo a prioridade poderia ser então na visão do espaço para turismo e lazer.

ESTÂNCIAS TURÍSTICAS PAULISTAS

Na década de 1970, de acordo com Aulicino (2001), o Estado instituiu o decreto nº 11.022, de 28 de dezembro de 1977, que estabelece como requisito mínimo a existência de atrativos de natureza histórica, artística ou religiosa, ou de recursos naturais e paisagísticos para regulamentar a cidade que quisesse tornar-se uma Estância Turística.

Foi no ano de 1967 que o governo do estado de São Paulo criou, por meio da Constituição Estadual, o termo "Estância", visando atender e impulsionar a demanda efetiva e potencial dos municípios classificados com esta denominação da mesma forma criando também o Fundo de Melhoria das Estâncias, "com o objetivo de desenvolver programas de urbanização, melhoria e preservação ambiental das estâncias de qualquer natureza" (Constituição do Estado de São Paulo, 1967).

As estâncias são definidas pela Secretaria de Esportes e Turismo (1972) como Municípios privilegiados que além de recursos naturais específicos, clima benéfico e paisagens notáveis oferecem atrativos de caráter permanente, com valor histórico, artístico ou religioso. Estão classificadas pela Constituição da seguinte forma: Balneárias, Climáticas, Hidrominerais e Turísticas.

Atualmente, o Estado de São Paulo possui 67 municípios considerados Estâncias por lei. São cidades, que recebem recursos do DADE (Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias) todos os anos, sempre aplicadas em obras que melhoram sua estrutura para receber turistas. As Estâncias Turísticas estão situadas em 29 municípios e representam 43% do total das Estâncias. Sendo compostas pelos municípios: Aparecida, Avaré, Bananal, Barra Bonita, Batatais, Eldorado, Embu das Artes, Holambra, Ibitinga, Ibiúna, Igaraçu do Tietê, Ilha Solteira, Itu, Joanópolis, Paraguaçu Paulista, Paranapanema, Pereira Barreto, Piraju, Presidente Epitácio, Ribeirão Pires, Salesópolis, Salto, Santa Fé do Sul, São José do Barreiro, São Luiz do Paraitinga, São Pedro, São Roque, Tremembé e Tupã. (APRECESP, 2011).

A classificação de Município como estância de qualquer natureza ou como de interesse turístico far-se-á por lei estadual, deve atender os seguintes requisitos estabelecidos na lei complementar:

CAPÍTULO I – DAS ESTÂNCIAS TURÍSTICAS

Artigo 2º - São condições indispensáveis e cumulativas para a classificação de Município como estância turística:

I – ser destino turístico consolidado, determinante de um turismo efetivo gerador de deslocamentos e estadas de fluxo permanente de visitantes;

II - possuir expressivos atrativos turísticos de uso público e caráter permanente, naturais, culturais ou artificiais, que identifiquem a sua vocação voltada para algum ou alguns dos segmentos abaixo relacionados, sintetizados no anexo I desta lei complementar:

a)Turismo Social
b)Ecoturismo
c)Turismo Cultural
d) Turismo Religioso
e)Turismo de Estudos e de Intercâmbio
f) Turismo de Esportes
g)Turismo de Pesca
h)Turismo Náutico
i)Turismo de Aventura
j)Turismo de Sol e Praia
k)Turismo de Negócios e Eventos
l)Turismo Rural
m)Turismo de Saúde

III – dispor, no mínimo, dos seguintes equipamentos e serviços turísticos: meios de hospedagem, serviços de alimentação, serviços de informação e receptivo turísticos;

IV - dispor de infraestrutura de apoio turístico,comoacesso adequado aos atrativos,serviços de transporte, de comunicação, de segurança e de atendimento médico emergencial, bem como sinalização indicativa de atrativos turísticos adequada aos padrões internacionais;

V - dispor de infraestrutura básica capaz de atender às populações fixas e flutuantes no que se refere a abastecimento de água potável, sistema de coleta e tratamento de esgotos sanitários e gestão de resíduos sólidos;

VI – ter um plano diretor de turismo, aprovado e revisado a cada 3 (três) anos, e

VII - manter Conselho Municipal de Turismo devidamente constituídoe atuante.

Parágrafo único: De caráter deliberativo, o Conselho Municipal de Turismo deve ser constituído, no mínimo, por representantes das organizações da sociedade civil representativas dos setores de hospedagem, alimentação, comércio e receptivo turístico, além de representantes da administração municipal nas áreas de turismo, cultura, meio ambiente e educação, que elegerão, dentre seus pares, o presidente do conselho com mandato de 2 anos (PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 32, DE 2012).

Tendo em vista que para a cidade receber o direito de se tornar uma Estância ou uma cidade de interesse turístico, e receber os incentivos econômicos provindos do DADE, deve atender a os requisitos citados. Partindo desse principio, acredita-se que as Estâncias já existentes devem preencher a todos estes requisitos, uma vez que fundo provindo do DADE é um incentivo fornecido pelo Estado, e cabe ao Município cumprir com todas as exigências da Lei.

Como foi possível observar, uma das exigências para ser uma Estância e desenvolver o Plano de Turismo Municipal. Instituído pela Lei Municipal nº 11.198/92, Plano de Turismo Municipal é um documento elaborado pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Turismo e pelo COMTUR (Conselho Municipal de Turismo) que vigora por um período de quatro anos. Seu objetivo fundamental é apontar diretrizes para a promoção do desenvolvimento social e econômico do turismo na cidade de São Paulo, ampliando o desempenho de suas atividades com ações que fomentem o mercado e o fluxo turístico por sua multiplicidade de atrativos advindos dos negócios, eventos, entretenimento, gastronomia, lazer e cultura.

Cabe a cada Secretaria ou Divisão de Turismo elaborar o Plano de Turismo Municipal, uma vez que se torna fundamental para se determinar estratégias coletivas para o desenvolvimento da atividade turística. É obrigatório que o Plano de Turismo Municipal seja participativo, tendo o consentimento de todas as estruturas da sociedade, da população aos empresários e como já mencionado, deve ser planejando pela Secretaria de Turismo Municipal com COMTUR (Política Municipal de Turismo). O COMTUR é uma política municipal de turismo que constituem um conselho composto por membros representativos da comunidade com vínculo e interesses no desenvolvimento turístico do município, cuja finalidade é normatizar, consultar, assessorar e fiscalizar no sentido de orientar, promover e garantir o aprimoramento das diretrizes e objetivas do desenvolvimento do turismo municipal. (BRASIL, 2006)

No plano de Regionalização do Turismo, na repartição que diz respeito as ações municipais e orientações específicas aos municípios, entende-se como estrutura institucional local voltada para o turismo e estratégia de implementação da atividade a criação de uma Secretaria Municipal de Turismo. Segundo o mesmo documento, a secretaria Municipal de Turismo pode ser entendida como estrutura de gestão que prioriza ações de fomento e consolidação da atividade turística e opera com base na articulação dos atores locais. Percebe-se que tal documento enfatiza a importância da elaboração do diagnostico turístico, assim como a elaboração de leis e normativas para o desenvolvimento da atividade turística sustentável (BRASIL, 2007).

No entanto, ao instituir uma Secretaria própria para a atividade turística, é importante salientar que esta ficará na responsabilidade de um encarregado, ou seja, do Secretário de Turismo Municipal. Este, por sua vez, pode ser contratado pelas seguintes formas: Comissionado ou Concursado.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Ao realizar a análise sobre a formação acadêmica do Bacharel em Turismo, observou-se em sua diretriz curricular disciplinas fundamentais que refletem o planejamento e gestão do turismo. Dessa forma possibilita a compreensão, a partir do estudo das políticas públicas de turismo, de como o turismo é planejado e gerido nos órgãos públicos, tanto em nível nacional quanto em nível municipal. Posteriormente, conclui-se que a formação acadêmica habilita o Bacharel em Turismo para com o planejamento e gestão do turismo municipal tornando-o apto para atuar junto as Secretarias Municipais de Turismo das Estâncias Paulistas.

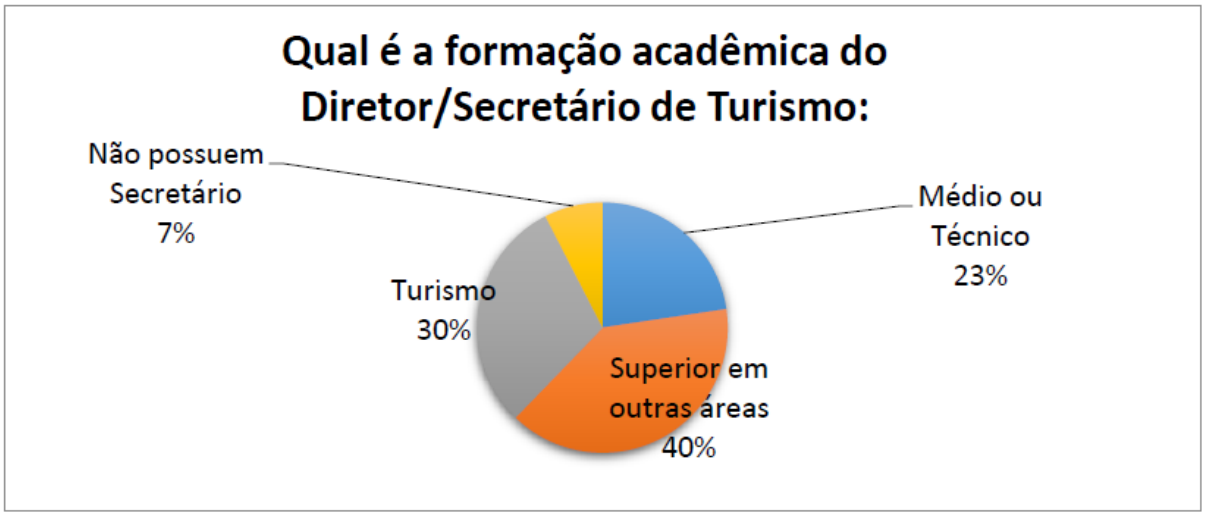
O Estado de São Paulo possui 67 Estâncias de Turismo. Todavia, durante a coleta de dados encontrou-se dificuldade em obter respostas imediatas das secretarias. Primeiramente, após aplicação do questionário, apenas 18 cidades responderam via mídia digital. Na segunda tentativa, mais 3 respostas foram obtidas, concluindo um total de 21. Já na terceira tentativa, dessa vez via telefone, 32 cidades responderam ao questionário, totalizando 53 cidades participantes da pesquisa. As demais (14) se recusaram em colaborar, demonstrado falta de interesse para com o desenvolvimento do estudo do turismo.

Por meio da aplicação do questionário, foi comprovado que existem Bacharéis em Turismo inseridos nas Estâncias de Turismo do Estado de São Paulo. Em relação à quantidade, identificou-se que entre as 53 Estâncias consultadas apenas 16 delas possuem o Secretário formado em turismo (quinze comissionados e um concursado) – Gráfico 1.

Além disso, 25 secretários apresentam diversas áreas de estudo e formação acadêmica, com destaque para os cursos de administração, agronomia e direito, e 12 Secretários possuem ensino médio ou técnico, mostrando assim a ausência de

exigências profissionais para a contratação de pessoas para o cargo, seja ela de forma comissionada ou concursada.

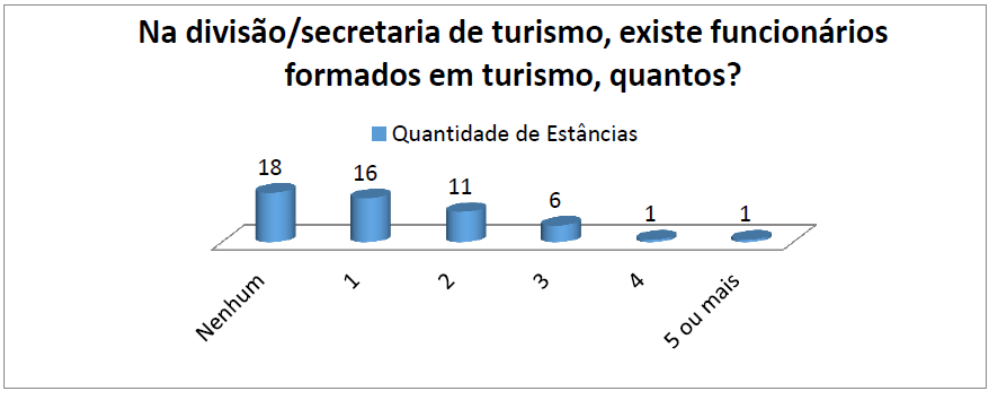
GRÁFICO 1: Formação dos Secretários Municipais de Turismo das Estâncias Paulistas



As prefeituras que não possuem secretário de turismo no momento são representadas com 7%. As que possuem, e no caso são formados apenas pelo ensino médio ou técnico representa 23%. Os Secretários Municipais de Turismo que possuem ensino superior foram divididos em dois grupos, o primeiro é formado em diversas áreas, entre humanas a exatas, e representa a maioria com 40% dos entrevistados e o segundo é especificamente formado em Turismo com 30%. Por um lado temos poucos Bacharéis em Turismo ocupando o cargo de Secretário Municipal de Turismo, já por outro lado temos mais de 70% dos Secretários Municipais de Turismo com ensino superior.

Entre os demais funcionários que atuam dentro das Secretarias Municipais de Turismo participantes da pesquisa, o número é de aproximadamente 250 pessoas, onde cerca de 25% dos funcionários, equivalente a 65 pessoas, são formados em turismo – Gráfico 2 –, mostrando mais uma vez que a falta de exigência em conhecimentos de turismo para a atuação na gestão do turismo municipal.

GRÁFICO 2: Funcionários Formados em Turismo

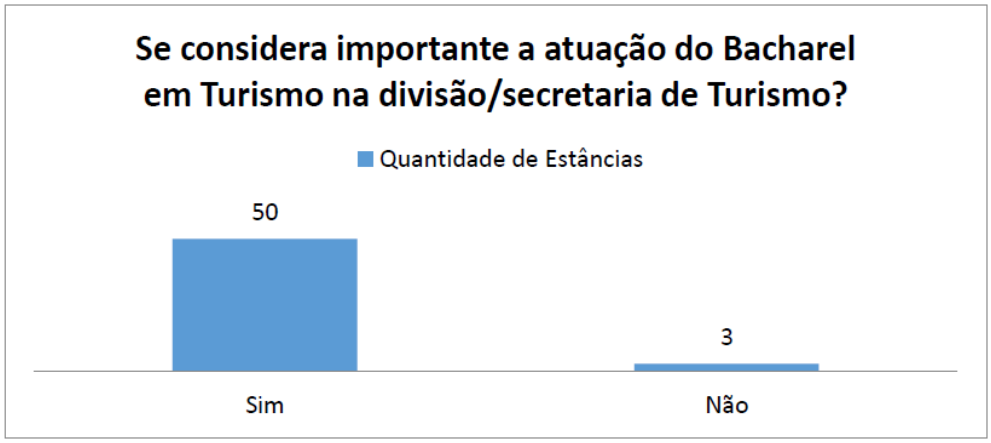


Observa-se que, mesmo as Secretarias de Turismo Municipais apresentando um número elevado de funcionários, poucos são formados na área de turismo. Das 53 Estâncias, 18 não têm nenhum Bacharel em Turismo, e a segunda maior parte apenas possui um único funcionário formado na área em questão. Torna-se claro que a formação acadêmica em turismo não é um pré-requisito na contratação de funcionários dessas Secretarias.

No que diz respeito à importância do Bacharel em Turismo inserido nas Secretarias Municipais de Turismo, pode-se perceber que das 53 Estâncias, apenas 21 possuem o Plano Municipal de Turismo. Destas 21 Estâncias, 19 possuem tal profissional, sendo 13 como Secretário e 6 como parte da equipe. Evidenciando que dentro do total de Estâncias pesquisadas (53), apenas 2 apresentam tal documento sem a presença do Bacharel em Turismo. Da mesma forma que as 18 Estâncias que não possuem o profissional em questão, 16 destas não apresentam o Plano Municipal de Turismo, além de não apresentar políticas voltadas para a atividade. Concluindo que, das Estâncias que possuem o Bacharel em Turismo, sua maioria também possui o Plano Municipal de Turismo entre outras políticas públicas, diferente das Estâncias que não possuem tal profissional e também não apresentam tais requisitos.

Para identificar a real necessidade do Bacharel em Turismo junto as Secretarias de Turismo Municipal foi questionado se era considerado importância da atuação profissional do mesmo – Gráfico 3.

GRÁFICO 3: Secretárias Municipais de Turismo que Considera Importante a Atuação do Bacharel em Turismo



A atuação do Bacharel em Turismo é considera importante por maioria das Estâncias, entretanto, 15 Estâncias que consideraram importante a atuação do mesmo, não possuem Bacharéis em Turismo, dessa forma tornando-se uma realidade contraditória. E a minoria, representada por 3 Estâncias, que não consideram importante a atuação do profissional em questão, também não possuem tal profissional, e nem mesmo o Plano Municipal de Turismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir deste estudo pode-se identificar que os métodos de contratação profissional utilizados nas Secretarias Municipais de Turismo não exigem os conhecimentos que vão de encontro com o planejamento e gestão do turismo municipal. Contudo, o que se observa é que a presença do Bacharel em Turismo interfere nas políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento da atividade. Assim sendo, as Prefeituras Municipais das Estâncias Paulistas desconhecem as aptidões do profissional formado na área.

Os dados da pesquisa revelam que apesar da existência de cursos superiores de turismo desde a década de 1980 e de sua base em formar um profissional atento ao planejamento e a gestão do turismo pouco sobressaem à realidade observada nos municípios que possuem o título de Estância de Turismo. Outro fator relevante relaciona-se ao fato de que a existência de bacharéis em

turismo em cargos comissionados, não garantem a continuidade dos trabalhos de desenvolvimento de um planejamento para o turismo seja de curto, médio ou longo prazo.

Por fim, após todas as analises e dados apresentados, pode-se verificar a diferença positiva que a inserção do Bacharel em Turismo reflete nas Secretarias de Turismo. Por esse motivo deve-se elaborar/apresentar em âmbito estadual, um projeto de lei que pondere a importância desse profissional e crie possibilidade e talvez obrigatoriedade de concursos específicos para o Bacharel em Turismo principalmente em estâncias de turismo.

A prática de concursos para Bacharel em Turismo já acontece em várias cidades do Brasil, em municípios que perceberam a diferença que faz esse profissional à frente do planejamento de planos municipais de turismo, de programas de qualificação, de sensibilização da população para o turismo, entre outras competências do Bacharel em Turismo.

Longe de finalizar esse trabalho, entende-se que há outros estudos a serem realizados que como esse, comprove a necessidade e importância da atuação profissional do Bacharel em Turismo, uma vez que o mesmo busca reconhecimento profissional não apenas nas estâncias de turismo, mais no mercado de trabalho como um todo. Salienta-se ainda, que essa inserção não tende a beneficiar apenas o Bacharel em Turismo, mas, sobretudo o planejamento e desenvolvimento do turismo e todos os benefícios proporcionados pela atividade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBTUR, Associação Brasileira de Turismólogos e Profissionais de Turismo. **A Luta pela Valorização Profissional de Turismólogos Continua**. Disponível em: <http://www.abbtur.com.br/abbtur/public_view.asp?tip=1&cod=76>. Acesso em: 28 mar. 2015.

APRECESP - **Associação das Prefeituras das Cidades Estância do Estado de São Paulo**. Disponível em: <http://www.aprecesp.com.br/estancia.php>. Acesso em 15 mar. 2015.

AULICINO, Madalena Pedroso. **Turismo e Estâncias:** Impactos e Benefícios para os Municípios. São Paulo: Papirus, 2003.

BENI, M.C. **Globalização do Turismo:** Megatendências do Setor e a Realidade Brasileira. São Paulo: Aleph, 2003.

BENI, Mário Carlos. **Análise Estrutural do Turismo**. 2.ed. São Paulo: SENAC, 1998.

BENI, Mario Carlos. **Política e Planejamento de Turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL, LEI Nº 12.591, DE18 DE JANEIRO DE 2012. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12591.htm>. Acesso em: 15 mar. 2015.

BRASIL, LEI COMPLEMENTAR N° 32, DE 30 DE JUNHO DE 2012. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1089087>. Acesso em: 15 mar. 2015.

BRASIL, **Plano Nacional de Turismo:** Diretrizes, Metas e Programas – 2003/2007. Brasília: Ministério do Turismo, 2003.

BRASIL, **Política Nacional de Turismo 2003-2007**. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/plano_nacional_turismo_2003_2007.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2015.

BRASIL, **Programa Nacional de Municipalização do Turismo.** Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/dow

nloads_publicacoes/conteudo_fundamental_acao_municipal_para_a_regionalizacao_do_turismo.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. 2006. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Turismo.** Resolução CNE/CES nº 13, de 24 de novembro de 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces13_06.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2015.

BRASIL. Ministério do Turismo. Coordenação Geral de Regionalização. **Programa de Regionalização do Turismo** - Roteiros do Brasil: Turismo e Sustentabilidade. Coordenação Geral de Regionalização. Brasília, 2007.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Diretrizes Operacionais do Programa de Regionalização de Turismo**. Disponível: <http://www.turismo.gov.br/regionalizacao>. Acesso em: 18 mar. 2015. Brasília: Ministério do Turismo, 2004.

CARDOZO, Poliana. **Planejamento Turístico Municipal**. Revista Partes (Eletrônica). São Paulo, 2007.

CARVALHO, Caio Luiz. **Análises Regionais e Globais do Turismo Brasileiro.** Editor Luiz Gonzaga Godoi Trigo. São Paulo: Roca, 2005.

DIAS, R. **Planejamento do Turismo:** Política e Desenvolvimento do Turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2003.

DIAS, Reinaldo. **Introdução ao Turismo**. São Paulo: Atlas, 2008.

GUERRIER; TYLER. **Gestão de Turismo Municipal**. São Paulo: Futura, 2001.

LIMA, José Felipe Godoy Mello de**. Análise de políticas Públicas**: Estudo de Caso do Plano Diretor Participativo do Município de Rosana-SP, com Enfoque no Turismo em Áreas Naturais. 2010.

MATIAS, Marlene. **Turismo Formação e Profissionalização**. Barueri-SP: Manole, 2001. Municípios. São Paulo: Futura, 2001.

ANSARAH, Marília Gomes dos Reis. **Formação e Capacitação do Profissional em Turismo e Hotelaria:** Reflexões e Cadastro das Instituições Educacionais no Brasil. São Paulo: Aleph, 2001.

RUSCHMANN, Doris van de Meene. **Turismo e Planejamento Sustentável:** A Proteção do Meio Ambiente. 6.ed. Manole, 2000.

RUSCHMANN, Doris van de Meene; SOLHA, Karina Toledo. **Planejamento Turístico**. Barueri-SP: Manole, 2006.

SANCHO, A. **Introdução ao Turismo - OMT.** São Paulo: Roca, 2001.

SÃO PAULO. **Assembleia Legislativa**. Decretos. Disponível em: <http:www.al.sp.gov.br>. Acesso em: 14 mar. 2015.

SÃO PAULO. **Portal do Governo do Estado de São Paulo**. Disponível em: <http://www.saopaulo.sp.gov.br/saopaulo/turismo/int_estanc.htm>. Acesso em: 14 mar. 2015.

SÃO PAULO. **Projeto de Lei Complementar nº 32, de 2012.** Disponível: <http://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1089087>. Acesso em: 13 mar. 2015.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **Cronologia do Turismo no Brasil**. São Paulo: CTI/TERRA, 1991.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi; PANOSSO NETO, Alexandre. **Reflexões Sobre um Novo Turismo:** Política, Ciência e Sociedade. São Paulo: Aleph, 2003.